



Recebido em 17/04/2025

Aprovado em 13/08/2025

doi: 10.11606/0103-2070.ts.2025.235943

# Do Departamento de Linguística ao Instituto de Estudos da Linguagem

## Fausto Castilho e Antonio Candido de Mello e Souza em tempos de estruturalismo<sup>1</sup>

Luccas Eduardo Maldonado

Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0476-1600>

### Introdução

A criação do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi resultado de um longo processo histórico marcado por debates acadêmicos, disputas institucionais e a atuação de intelectuais fundamentais para a consolidação das ciências humanas na universidade. Surgido a partir do Departamento de Linguística (DL) e formalizado em 1977, o IEL se constituiu em um espaço de inovação epistemológica, refletindo os desafios da profissionalização da área em um contexto de estruturação da própria Unicamp.

A trajetória do IEL não pode ser compreendida sem considerar o papel de Fausto Castilho e Antonio Candido de Mello e Souza, cujas perspectivas acadêmicas e projetos institucionais moldaram significativamente o desenvolvimento do órgão. Castilho, filósofo responsável pela implantação do instituto de humanidades da universidade, trouxe consigo uma proposta estruturalista que posicionava a linguística como eixo articulador das ciências humanas, inspirando-se nos modelos franceses que valorizavam a interdisciplinaridade. Por outro lado, Mello e Souza, intelectual

1. O autor expressa seus agradecimentos a Alcir Pécora, Ataliba Teixeira de Castilho e Carlos Vogt pela leitura atenta e pelas valiosas observações ao presente artigo.

central na teoria literária no Brasil, contribuiu para a consolidação de uma abordagem que procurava integrar literatura e linguagem, superando as divisões convencionais entre letras e linguística.

Nesse contexto, o presente artigo está estruturado em duas partes principais, além da “Introdução” e das “Ponderações finais”. Examina-se na primeira parte o processo de formação do DL, destacando o protagonismo de Castilho e as estratégias adotadas para implementar um núcleo de estudos linguísticos na Unicamp. A análise se volta para a criação do IEL na segunda, enfatizando as negociações institucionais e os conflitos teóricos que marcaram sua consolidação.

Ao abordar essas diferentes fases, o artigo busca problematizar o modo como a constituição do IEL reflete tensões mais amplas do campo das humanidades no Brasil, entre um modelo de integração disciplinar e uma fragmentação que historicamente marcou os cursos de letras e linguística. O embate entre uma perspectiva estruturalista e uma abordagem interdisciplinar permeou as decisões acadêmicas e administrativas que fundamentaram a criação do instituto, revelando como as escolhas feitas naquele momento impactaram o desenvolvimento do campo nos anos seguintes.

Desse modo, pretende-se não apenas resgatar a história institucional do IEL, mas também refletir sobre o significado das escolhas teórico-metodológicas e epistemológicas que moldaram a sua formação. Ao compreender o contexto da criação do instituto, é possível reconhecer como se consolidou como um dos principais centros de estudos da linguagem no Brasil, articulando teorias linguísticas e literárias em um modelo acadêmico inovador para a época.

A constituição do Departamento de Linguística no Instituto Central de Ciências Humanas

A Unicamp surgiu oficialmente em 1962 por meio de um decreto estadual, entretanto só começou a funcionar efetivamente em 1968, quando os primeiros professores começaram a planejar os seus departamentos. Os alunos só chegariam a partir de 1970. Para consolidar a nova instituição, era necessário não apenas construir suas instalações e captar estudantes, mas, sobretudo, reunir um corpo docente qualificado. O desafio era significativo: como encontrar pesquisadores e professores capazes de organizar uma universidade em um contexto no qual ainda era raro ter uma formação especializada?

A tarefa no âmbito das humanidades ficou a cargo do filósofo Fausto Castilho (1929-2015), escolhido pelo reitor Zeferino Vaz para estruturar e dirigir o nascimento do instituto de ciências humanas. Sua nomeação não foi casual<sup>2</sup>. Castilho

2. Para uma biografia de Fausto Castilho, cf. Lima (2024).

possuía uma trajetória consolidada na organização acadêmica, tendo sido responsável por implementar o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara entre 1959 e 1964 (Castilho, 2013, p. 37). Esteve também envolvido nos debates sobre a construção da Universidade Nacional de Brasília (UNB) e da Universidade Federal de São Paulo, além de ter ponderado sobre quais rumos uma reforma no sistema universitário deveria tomar. A atuação como Secretário da Educação e Cultura da prefeitura de São Paulo, na gestão de José Vicente Faria Lima (1966-1969), igualmente foi considerada para a sua incorporação ao cargo. Seu perfil, que combinava experiência institucional, trânsito político e uma visão estruturada sobre a organização do ensino superior, o tornava o nome ideal para assumir a tarefa.

Ainda antes de ingressar na Unicamp, Castilho demonstrava habilidades que seriam valorizadas por Zeferino Vaz. Enquanto docente no interior de São Paulo, Castilho foi responsável por orquestrar a visita de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir a Araraquara em 4 de setembro de 1960, a partir do estabelecimento de uma correspondência com o autor – o francês estava no Brasil devido a outros compromissos, realizando passagens por Salvador e Rio de Janeiro, ciceroneado pelo escritor Jorge Amado<sup>3</sup>. O evento, no qual ele ocupou a mesa junto a Sartre, conferiu-lhe prestígio, ao ser divulgado extensivamente pelos jornais e ser frequentado por vários escritores da elite universitária paulista, entre eles Antonio Candido de Mello e Souza, Bento Prado Júnior, Dante Moreira Leite, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz Costa (Carneiro e Paiva, 2019, pp. 8-9). Esse episódio evidenciou duas competências que seriam determinantes para sua escolha por Vaz: sua capacidade administrativa, essencial para a criação e estruturação de um novo instituto; e sua habilidade para articular eventos e mobilizar figuras de prestígio acadêmico, garantindo visibilidade à instituição.

Sua seleção foi particularmente importante aos rumos das humanidades da Unicamp. Nascido na pequena cidade de Cambará, no norte do Paraná, dentro de uma família da elite cafeeira, Castilho teve pleno apoio familiar para alcançar uma sofisticada formação. Mudou-se para São Paulo para fazer o ensino básico. Tomou contato nesse momento com vários membros da intelectualidade local, como Antonio Candido de Mello e Souza, Oswald de Andrade, Paulo Duarte e Sérgio Milliet. O vínculo com o primeiro foi particularmente importante para os rumos profissionais que tomaria, uma vez que os dois mantiveram uma estreita colaboração em diversos momentos.

Dirigiu-se para Paris em 1949 para estudar filosofia na Sorbonne. Foi munido de uma carta, assinada por Mello e Souza, para ser entregue a Paulo Emílio Sales Gomes.

3. Para um estudo sobre a passagem de Sartre no Brasil, cf. Romano (2000).

O professor pedia ao crítico de cinema para auxiliar o jovem no seu projeto (Castilho, 2013, pp. 26-27). Teve na instituição vários dos mais influentes intelectuais do século XX, entre eles Maurice Merleau-Ponty, Jean Piaget e Gaston Bachelard. Deslocou-se também para a Alemanha para ter aulas com Martin Heidegger. A experiência em solo europeu não foi sem significado. Tornou-se no processo um grande admirador do estruturalismo e do sistema universitário francês. Essas preferências em certa medida moldaram as suas decisões quando pensou o projeto das humanidades na Unicamp.

O ponto de partida para a organização das humanidades na Unicamp foi o Departamento de Planejamento Econômico e Social (Depes), criado em 1967 – o órgão alcançaria autonomia em 1984, tornando-se o Instituto de Economia (IE). Embora tenha sido o primeiro curso concebido e estruturado, o Depes não se configurava como um projeto articulador das humanidades na universidade. A consolidação de um projeto institucional voltado às ciências humanas de forma integrada só se deu posteriormente, em 2 de setembro de 1969, com a criação do Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH), que mais tarde passaria a se chamar Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Diferentemente de outras universidades, que se empenharam em estruturar departamentos bem definidos para as áreas de humanidades após a instituição em novembro de 1968 do novo modelo administrativo introduzido pela Reforma Universitária, a Unicamp adotou um arranjo mais flexível. No momento de sua concepção, o ICCH não organizou seus cursos em bacharelados específicos desde o ingresso do estudante. Em vez disso, a admissão se dava por meio de um ciclo básico de dois anos, no qual os alunos cursavam disciplinas gerais em diferentes áreas das ciências humanas, como filosofia, sociologia, antropologia, economia e história. Apenas no terceiro ano, os graduandos faziam a escolha da habilitação específica em que desejavam se formar.

Essa proposta pedagógica refletia um esforço de romper com a fragmentação tradicional dos cursos universitários e se inspirava diretamente no modelo implementado na UNB por Darcy Ribeiro na década de 1960, que Castilho acompanhara. Ribeiro idealizou uma estrutura de ensino que enfatizava a interdisciplinaridade e a integração entre as diferentes áreas do conhecimento, com um ciclo básico inicial antes da especialização. Essa concepção, que foi desarticulada com a intervenção dos militares na UNB em 1964, foi utilizada por Castilho com diversas adaptações na Unicamp (Miglievich-Ribeiro, 2017).

Não obstante o curso de Depes tenha principiado o projeto das humanidades, o foco de Castilho estava em formar os cursos em que o estruturalismo se expressava de maneira mais consistente: em primeiro plano a linguística e a antropologia; e a sociologia em segundo. As graduações de filosofia e história seriam criadas poste-

riormente, embora houvesse diversos professores dessas matérias dentro do instituto desde a sua origem. Após Castilho (2008, pp. 145-147) estabelecer um convênio da Unicamp com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) em 1967 para estruturar o Depes, seu olhar se voltou principalmente para essas outras disciplinas. Teria inclusive muitos conflitos com os economistas a partir daquele momento nos debates a respeito dos rumos do instituto.

As preferências intelectuais não levaram Castilho (2008, pp. 145-147) a selecionar exclusivamente estruturalistas como docentes<sup>4</sup>. O professor Michel Debrun, que atuou em ciência política por longos anos, possui uma produção que se desenvolve no geral por outras matrizes das humanidades. Foi inclusive um homem de plena confiança de Castilho. A organização da Antropologia, disciplina central ao estruturalismo, contou com a atuação incontornável de Peter Fry, formado na corrente inglesa da matéria, distante da francesa hegemônica pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. A preocupação central de Castilho era encontrar pesquisadores competentes dispostos a criar uma universidade e as preferências teórico-metodológicas muitas vezes passavam longe disso, uma vez que tal tipo de formação era extremamente rara no país à época. Em suma, precisava de gente inclinada a concentrar boa parte da sua vida no interior de São Paulo em uma universidade em construção em uma antiga fazenda de cana-de-açúcar da família Prado.

O DL, aprovado pelo Conselho Diretor da Unicamp em outubro de 1968, foi o departamento no qual Castilho mais detidamente se concentrou, selecionando vários dos seus primeiros professores, para dar a matriz teórica que desejava. Quando criara as ciências sociais em Araraquara, dera também grande importância à linguística no currículo, mas nada comparado ao que faria em Campinas (Ferreira, 2009, p. 78). Castilho organizou um projeto que elegeu um conjunto de jovens estudantes para, com bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), tirar uma licenciatura em letras e fazer um mestrado em linguística na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Franche-Comté no final dos anos 1960 e início dos 1970. A parceria com o órgão fez-se por meio da mediação de um dos professores da USP que também estava envolvido no processo de seleção, Albert Audubert, responsável pelo ensino de gramática francesa. Castilho também

4. O termo *estruturalismo* na economia é corrente, porém possui um sentido diverso do que nas outras áreas das humanidades. Designa as abordagens influenciadas pelas ideias de John Maynard Keynes e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que tiveram grande importância na Unicamp, muitas vezes chamada de escola heterodoxa, em oposição a cursos estruturados na Economia Política. Assim, os professores do Depes e do curso de Antropologia eram estruturalistas, mas com opções por um conjunto teórico marcadamente distinto.

trabalhara como leitor da Universidade de Franche-Comté entre 1967 e 1968 (Lima, 2024, p. 251). Os pesquisadores eram selecionados para se formarem e se tornarem os primeiros professores do instituto.

André Villalobos, Ângelo Barone, Antonio Augusto Arantes Neto e Luiz Benedito Lacerda Orlandi – o último foi um antigo aluno de Castilho em Araraquara – foram alguns dos preteridos que não se destinaram ao DL, mas para outros cursos do IFCH, com exceção de Barone, encaminhado para a matemática (Castilho, 2013, p. 60; 2008, p. 168). A linguística da Unicamp nasceu a partir desse projeto. Castilho, Audubert e Mello e Souza selecionaram os quatro primeiros professores do DL entre alunos da USP: Carlos Alberto Vogt, Carlos Franchi, Haquira Osakabe e Rodolfo Ilari. Os dois primeiros eram do mestrado em Teoria Literária, o terceiro do mestrado em Língua e Literatura Italiana e o último era recém-formado na graduação de Letras Vernáculas (Vogt, 2011a; 2011b; 2022, Ferreira, 2009, pp. 120-121, Castilho, 2002, pp. 78-79). Os rapazes se dirigiram para a França com a responsabilidade de adquirir uma primeira formação em linguística para posteriormente retornar ao Brasil e implementar o DL (Barbosa de Melo, 2023, p. 634). Todos tiveram uma extensa carreira na Unicamp, com Vogt alcançando a posição de reitor entre 1990 e 1994.

Vivia-se o auge do estruturalismo e essa influência resultou na elaboração de um órgão na realidade brasileira com premissas dessa corrente. A Universidade de Franche-Comté não era considerada um epicentro do estruturalismo. Ser um dos autores consagrados dessa corrente garantia posições na *École Pratique des Hautes Études*, na Sorbonne e no próprio *Collège de France*, como foram por exemplo Algirdas Julien Greimas, André Martinet, Claude Lévi-Strauss, Émile Benveniste e Roland Barthes. Contudo, essa universidade desempenhou um papel significativo na difusão e na aplicação de métodos estruturais no campo da linguagem, por meio dos seus professores que, embora menos conhecidos, como Jean Peytard e Yves Gentilhomme, aplicavam e difundiam tais bases teórico-metodológicas. O último se tornou amigo de Castilho quando esse estivera em Franche-Comté e era o responsável na universidade francesa pelo projeto da Unicamp. Veio ao Brasil entre 1969 e 1970 para participar da implementação do DL, chegando a criar um Centro de Linguística Aplicada (CLA), que assumiu a responsabilidade do ensino de línguas estrangeiras para os cursos da Unicamp (Ferreira, 2009, pp. 119-121; 2004; Neder, 1995, p. 32).

Tudo isso estava atrelado a uma concepção de ciência que não via a linguística apenas como uma disciplina entre outras, mas como o eixo capaz de sustentar uma abordagem mais ampla das humanidades. Nesse modelo, a linguagem não era tratada meramente como um objeto de estudo específico, mas como um fenômeno estrutural que atravessava e interconectava diferentes campos do conhecimento. Em vez de considerar antropologia, sociologia, história e filosofia como domínios isolados,

essa abordagem buscava integrá-los por meio de princípios analíticos comuns, com a linguística funcionando como a chave interpretativa capaz de articular essas disciplinas. Essa visão dialogava diretamente com a tradição estruturalista francesa que via as estruturas linguísticas como um modelo metodológico aplicável a diversas ciências humanas.

Na prática, essa perspectiva se refletia na própria organização curricular do ICCH, que distribuía as disciplinas de maneira a enfatizar a centralidade da linguística. Durante o ciclo básico inicial, os alunos eram expostos a conteúdos que iam além de uma formação convencional em letras, incluindo fundamentos de análise estrutural, semiótica e epistemologia da linguagem. A ideia era fornecer aos estudantes um repertório conceitual que lhes permitisse compreender e interpretar fenômenos sociais e culturais através do prisma da linguagem, consolidando uma base comum antes da especialização nos anos seguintes.

Castilho argumentava exatamente nesse sentido na proposta de criação do DL, aprovada pela reitoria em 1º de outubro de 1968, atribuindo à linguística um papel articulador para as humanidades<sup>5</sup>:

[...] esta disciplina [linguística] desenvolveu-se rapidamente, passando a irradiar sua influência sobre as disciplinas afins. Para estas, sua metodologia constitui, hoje, padrão de referência obrigatório, fenômeno de resto frequente na história das ciências, sempre que uma delas toma a dianteira de suas congêneres, em determinada região do saber.

Em regra, opera-se então um reajuste dos objetivos e métodos habituais em relação aos propostos pela ciência pioneira. É o que ocorre hoje, no exterior, entre as disciplinas humanas e a Linguística. Boa parte da melhor produção intelectual do último decênio nessas matérias traz o selo da Linguística. No Brasil, este fenômeno de inesperada mutação intelectual encontra os especialistas desarmados, pois do mesmo modo como sucede no caso do Planejamento, a inexistência da Linguística no currículo universitário frustra-lhes toda possibilidade de atualização.

É extremamente difícil, porém, introduzir a Linguística, desde que considerada na plenitude de seus efeitos, na organização universitária brasileira. Não sendo uma disciplina isolada, ela tornou-se um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar. O mapa de seus diferentes campos de interesse apresenta um desenho extremamente complicado. É possível, no entanto, prever, embora de forma apenas indicativa, que sua introdução no esquema integrado da Unicamp facilitará o trabalho interdisciplinar numa série de pontos-de-interseção.

Além disso, uma tentativa de aproximar as humanidades das exatas perpassa-

5. Unicamp. Processo 01-P-2226/1968. O documento está disponível no SIARQ.

va todo esse projeto estruturalista. A questão era investigar o que havia de mais concreto nas relações humanas. Essa perspectiva se ancorava na busca por padrões sistemáticos e estruturais, tomando a linguagem como objeto central de análise e utilizando métodos que privilegiavam classificações rigorosas, modelagens formais e descrições estruturadas. O foco estava na identificação de elementos universais e nas relações internas que organizavam os sistemas linguísticos, o que ecoava a lógica dos modelos matemáticos. Gentilhomme inclusive tinha grandes preocupações nesse sentido, na articulação entre matemática e linguística. Em uma universidade na qual os cursos de exatas e biológicas tinham grande projeção, uma vez que a Unicamp foi constituída para ser um polo tecnológico e médico, esse tipo de argumentação garantia legitimidade aos projetos das humanidades.

A própria disposição espacial do *campus* da Unicamp reflete em parte essa preposição de articulação disciplinar, na qual as áreas do conhecimento não eram pensadas como compartimentos estanques, mas como partes de um sistema interconectado. Castilho como membro da Comissão de Planejamento da Universidade de Campinas (Coplan), órgão responsável por elaborar o projeto urbanístico do *campus*, influenciou a construção, com o reitor e os outros membros aderindo à ideia. Obviamente que há distinções entre a intenção e a realização, já que diversas adaptações e mediações foram realizadas. A organização da Unicamp em anéis concêntricos, com as ciências gerais ao centro e os institutos tecnológicos nos anéis externos, estabelecia, na aparência, uma hierarquia disciplinar, na qual as humanidades ganhavam uma posição privilegiada. Essa disposição nuclear, que denominou de “*campus radial*”, indicava um esforço para integrar as humanidades ao projeto universitário como um todo, reforçando seu papel dentro de um ambiente fortemente voltado para as ciências exatas e biomédicas. No centro do próprio ICCH, estaria o DL, responsável por ministrar disciplinas para todos os cursos do instituto (Ferreira, 2009, pp. 117-118). O planejamento urbano não era apenas uma questão logística, mas também um reflexo da visão epistemológica: um modelo universitário no qual diferentes campos do saber estavam organizados de maneira estrutural, interdependente e sistemática, evitando a fragmentação disciplinar<sup>6</sup>.

Todo esse contexto levou à construção de um sofisticado projeto na formação

6. Tais considerações foram desenvolvidas no livro *Conceito de universidade no projeto da Unicamp*, lançado em 2008, por Castilho. O trabalho tem algo de construção *a posteriori*, uma vez que foi elaborado décadas depois dos acontecimentos, embora pareça fazer sentido em parte. Há de se destacar que o professor nos seus últimos anos de vida fez um intenso projeto de monumentalização de sua memória por meio de uma fundação com o seu nome, órgão que até a atualidade promove a publicação de trabalhos a seu respeito. Além disso, Castilho é uma figura que concentra um intenso trabalho de memória na Unicamp, havendo dois espaços com o seu nome na Unicamp: a Biblioteca de Obras Raras (Bora) e um dos anfiteatros do IFCH.



do DL. O ensino de letras possui uma condição complexa na realidade universitária e a Unicamp em certa medida tentou enfrentar tal dimensão. As reivindicações de autoridade sobre a cultura escrita provêm de diversos espaços para além dos cursos de letras desde o final do século XIX: faculdades de direito; igrejas; academias literárias; jornais; institutos históricos etc. Em suma, todos esses meios, que em algumas oportunidades se confundem, reivindicam a língua como um âmbito de reflexão, criando dificuldades para a determinação de autoridade e a estruturação de instituição acadêmica.

Uma eleição na Academia Brasileira de Letras reflete em grande medida tal dimensão, quando os mais variados autores reivindicam uma cadeira, às vezes por motivos que passam bem longe das letras. Tal situação obviamente não é circunscrita à realidade brasileira, sendo muito próxima do sistema francês, que o Brasil emulou em grande medida. Outras disciplinas também vivem essa situação, como a filosofia diante do direito ou a história diante de distantes formas de se conceber o passado, mas nada é tão fragmentário quanto a situação das letras.

A falta de balizas para a definição se manifesta nos próprios termos utilizados para nomear os órgãos universitários, com a palavra “letras”. O termo designa um objeto amplíssimo e não uma disciplina específica – uma problemática que a história, ou melhor, a historiografia, também enfrenta. No caso das letras, essa indefinição dificulta a delimitação do campo, tornando a área permeável a distintas abordagens e disputas de autoridade dentro e fora do meio acadêmico. Enquanto em outras disciplinas a construção do objeto de estudo segue uma trajetória relativamente consolidada, as letras oscilam entre diversas perspectivas, ora priorizando a análise formal da linguagem, ora se voltando para a interpretação cultural e histórica dos textos. Essa flexibilidade, embora fértil para a interdisciplinaridade, impõe desafios institucionais, sobretudo no desenho curricular e na organização departamental. O ensino e a pesquisa em letras frequentemente se veem tensionados entre diferentes tradições – filológicas, linguísticas, literárias, teóricas – difundidas por variados atores. Tal condição se reflete nas formas como os cursos são estruturados e como os pesquisadores se identificam dentro do campo.

Essa condição gera efeitos práticos para a organização universitária, pois a ausência de um objeto disciplinar rigidamente demarcado torna difícil a especialização acadêmica nos moldes das ciências exatas ou das ciências sociais mais formalizadas. Diferentes universidades buscaram resolver essa questão de maneiras variadas. Algumas optaram por estruturar seus cursos de letras em departamentos segmentados por língua e literatura, como foi o caso da USP, que organizou sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) a partir de subdivisões linguísticas desde 1934. O seu ponto de partida foi a elaboração de duas subseções: “Letras Clássicas e Portu-

guês” e “Letras Estrangeiras” em 1934. Posteriormente o curso passaria por diversas reorganizações, mas manteria fundamentalmente essa lógica de estruturação (Ferreira, 2009, p. 72). Essa forma levou ao longo do tempo a uma extensa segmentação do curso, alcançando amplas proporções no tempo presente. Outra consequência disso foi o progressivo aumento do corpo discente para todas as habilitações serem contempladas, fazendo o curso de letras se tornar o maior da USP, com o ingresso de quase um milhão de alunos por ano.

Isso não significa, contudo, que a linguística estivesse ausente do ambiente acadêmico da USP. O professor Theodoro Henrique Maurer Júnior, então ainda assistente, ministrava disciplinas de linguística na FFCL desde 1934. Com sua efetivação como catedrático, Maurer desempenhou um papel central na consolidação da área, sendo responsável pela criação de um curso específico de linguística em 1961, além de promover posteriormente a estruturação de um programa de pós-graduação voltado ao campo, que ficou escanteado, dividindo espaço com orientistas no Departamento de Linguística e Línguas Orientais, instalado em fevereiro de 1970 (Santos, 1994, p. 482). No entanto, a linguística permaneceu como apenas uma entre diversas ênfases possíveis dentro do curso de letras da USP, inserida em um modelo curricular amplamente enciclopédico e segmentado por línguas e tradições literárias.

A estruturação do DL na Unicamp foi em grande medida uma resposta crítica ao modelo adotado pela USP ao ensino de letras. Enquanto na USP o curso se organizava em torno da segmentação por línguas e literaturas específicas, seguindo um modelo enciclopédico que enfatizava a erudição filológica e histórica, a proposta da Unicamp visava um modelo mais integrado. A iniciativa da Unicamp era particularmente pioneira, já que a linguística dava os seus primeiros passos no Brasil naquele momento. Seu reconhecimento pelo Estado como uma disciplina se deu apenas em 1962. Além disso, a recepção e a tradução dos principais textos da área somente ganharam força a partir da década de 1970 (Altman, 2012, p. 18; Altman e Hackerott, 2002, p. 19). Tudo era muito incerto nesse âmbito naquele período.

A articulação entre Castilho e Mello e Souza foi determinante para essa concepção alternativa, pois ambos compartilhavam a ideia de que o ensino da linguagem e da literatura deveria estruturar-se a partir de uma base teórica comum, superando a dispersão departamental tradicional e promovendo maior diálogo entre disciplinas. Embora Mello e Souza jamais tenha se especializado formalmente em linguística, sendo amplamente reconhecido por sua produção na crítica literária e na teoria da literatura, fez um esforço significativo em dominar e debater questões fundamentais da área naquele momento. Esse interesse se manifestava tanto na sua produção escrita, quanto nos seus cursos, nos quais explorava a relação entre literatura, linguagem e estrutura, abordando autores centrais do estruturalismo e da linguística contemporânea,

como Claude Lévi-Strauss, Jacques Derrida, Julia Kristeva, Roland Barthes, Sebastian Shaumyan e Tzvetan Todorov. Um dos criadores do DL relatou as aulas de Mello e Souza como o seu primeiro contato com a linguística (Altman e Franchi, 2002, p. 24).

Esse debate não se restringia aos bastidores da Unicamp ou à interlocução entre Castilho e Mello e Souza. A questão da estrutura dos cursos de letras vinha sendo amplamente discutida em congressos especializados, na USP e em outras universidades brasileiras, onde acadêmicos buscavam soluções para tornar o ensino da linguagem mais coeso e menos fragmentado (Castilho, 1965). No contexto desses debates, um dos principais argumentos em favor da integração da linguística era o avanço das teorias estruturalistas e formalistas, que forneciam um instrumental metodológico rigoroso para a análise dos sistemas linguísticos e dos textos literários.

Mello e Souza estava profundamente envolvido no processo de profissionalização das ciências humanas em São Paulo naquele momento. Seu empenho não era isolado, mas fazia parte de um movimento mais amplo conduzido por um grupo de intelectuais que buscavam reformular a estrutura acadêmica das humanidades no Brasil. Um marco fundamental desse processo foi a criação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) na USP, em 1962, liderado por Sérgio Buarque de Holanda. O IEB foi concebido como um espaço interdisciplinar para consolidar a pesquisa sobre a cultura brasileira, articulando acervos documentais, bibliotecas e linhas de investigação. Mello e Souza desempenhou um papel fundamental nessa iniciativa, auxiliando na definição dos princípios que norteariam o instituto e na estruturação de suas atividades (Caldera, 2002; Nicodemo, 2018).

Além do IEB, sua atuação estendeu-se para a interlocução com a Fapesp, buscando viabilizar a incorporação de acervos privados por universidades públicas. Esse movimento resultou, por exemplo, na aquisição e organização do arquivo de Mário de Andrade pela USP em 1968, iniciativa que reforçava a importância dos acervos como base para a pesquisa acadêmica. Nesse contexto, a institucionalização da pesquisa em humanidades ganhou força, com a criação de mecanismos formais de apoio, como a concessão de bolsas para pós-graduandos na área de letras e a estruturação de programas voltados para o estudo da literatura e da linguagem. Esse primeiro impulso estruturante no IEB refletiu-se diretamente na área de literatura, na qual seus orientandos estiveram envolvidos na organização e no estudo de materiais recém-incorporados. Nessa esteira, Mello e Souza criou um Centro de Estudos sobre o Modernismo para articular os estudantes em diversas pesquisas (Dimas, 2018; Castello, 2009; Lopes, 2018, p. 106; Almeida, 2022, p. 147).

Se de modo geral Mello e Souza buscava ampliar a profissionalização das humanidades, sua atuação naquele momento estava particularmente voltada para o ensino e a pesquisa em literatura. Decidiu no final dos anos 1950 abandonar seu posto

como assistente na cadeira de Sociologia II da USP para se dedicar integralmente à formação acadêmica em literatura. Inicialmente assumiu um cargo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, antes de retornar à USP. Sua influência na área se consolidou com a criação, em 1959, do curso de Teoria Geral da Literatura, do qual foi nomeado professor responsável, lançando as bases para o desenvolvimento da área de Teoria Literária na USP. Esse projeto se expandiu nos anos seguintes, culminando na implementação dos programas de mestrado e doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada (Ramassote, 2010, p. 72).

Contudo, a estrutura consolidada da USP impunha limitações às possibilidades de reforma no ensino de letras. A organização departamental do curso, baseada na segmentação por línguas e tradições literárias, dificultava a integração das abordagens teóricas distintas. A antiguidade e o gigantismo da instituição também restringiam a margem de manobra para mudanças. Diante desse cenário, a Unicamp representava uma oportunidade singular para experimentar um novo modelo acadêmico, que superasse as limitações do sistema vigente na USP e propusesse uma abordagem mais integrada entre Linguística e Teoria Literária.

Foi nesse contexto que a colaboração entre Castilho e Mello e Souza se mostrou decisiva para a constituição do DL. Castilho, como responsável pela estruturação das humanidades, estava plenamente focado na consolidação de um projeto inovador na Unicamp. Já Mello e Souza, embora essencial para conferir prestígio acadêmico à iniciativa, dividia seu tempo entre a USP, a Unicamp e diversos outros projetos. Na prática, sua atuação naquele momento era de um conselheiro, de fazer sugestões que eram amplamente ouvidas e consideradas.

Esse desequilíbrio na presença dos dois intelectuais refletiu-se na orientação do novo departamento: enquanto Castilho conduzia a organização de um modelo acadêmico institucionalmente coeso, a influência de Mello e Souza, cujo foco principal era a crítica literária, acabou sendo menos estruturante. Como resultado, a profissionalização da linguística no DL foi mais acentuada do que a da crítica literária, consolidando a primeira como eixo central do instituto.

### A criação do IEL

Castilho é uma das poucas figuras que conta com um espaço de memória dedicado a ele no IFCH, com um anfiteatro com o seu nome inaugurado em 2017, dois anos após a sua morte. Essa condição, contudo, não indica que foi uma figura unânime. A influência do filósofo em Campinas seria abruptamente interrompida em 1972, após um intenso embate com o reitor Vaz e com os professores do Depes. A disputa girava em torno dos rumos institucionais do ICCH e da própria Unicamp. Castilho

defendia um modelo mais amplo de formação nas humanidades, inspirado na tradição universitária francesa e nos princípios do estruturalismo, enquanto parte do corpo docente via essa abordagem como excessivamente rígida ou inadequada ao contexto da Unicamp, que priorizava áreas aplicadas e técnicas. Desejavam na prática seguir os caminhos departamentais esboçados pela Reforma Universitária de 1968, que definiam mais rigidamente os limites disciplinares. Além disso, as tensões de Castilho com os membros do Depes, que se consolidava como um polo estratégico dentro da Unicamp, agravaram o desgaste na instituição. O choque resultou na não renovação de seu contrato, encerrando de forma abrupta sua participação no projeto que ajudara a construir nos últimos anos.

A saída de Castilho marcou o fim de uma fase e abriu espaço para novos rumos ao ICCH. Sem sua liderança, o instituto passou por uma reconfiguração gradual, refletindo novas influências e prioridades acadêmicas. Embora tenha retornado à Unicamp em 1984, após passagens pela Universidade Federal do Paraná e pela USP, sua influência já não era a mesma. Durante sua ausência, mudanças institucionais significativas consolidaram um novo cenário acadêmico, menos alinhado com a visão que idealizara.

Apesar de seu afastamento, a construção das humanidades na Unicamp não foi interrompida. Pelo contrário, o ICCH seguiu expandindo-se e solidificando sua identidade, criando novos cursos de graduação e pós-graduação e formando uma tradição de pesquisa. No entanto, a principal consequência da ausência de Castilho foi a dissolução do projeto do ciclo básico em humanidades. Idealizada como um modelo no qual os alunos passariam por um período inicial de ampla exposição a diferentes disciplinas antes de escolherem sua especialização, a proposta enfrentou dificuldades crescentes. A falta de adesão dos estudantes, que preferiam cursos com trajetórias mais definidas; o descontentamento dos professores, que tinham que mudar constantemente de disciplinas; e o crescimento das áreas acadêmicas levaram a uma progressiva demanda por especialização. Como resultado, o ciclo básico foi gradualmente desarticulado, culminando na transformação do ICCH no IFCH. A separação do instituto em duas partes criou a possibilidade aos cursos que permaneceram no ICCH de repensarem a organização disciplinar (Neder, 1995, pp. 63-64). Esse movimento não apenas formalizou a segmentação dos cursos, mas também refletiu uma nova orientação institucional, na qual a Unicamp buscava consolidar sua estrutura de ensino superior de forma mais próxima ao modelo das demais universidades brasileiras.

A transição do ICCH ao IFCH simbolizou um momento de inflexão na história das humanidades na Unicamp. Se sob Castilho o projeto original priorizava uma abordagem integrada, na qual a linguística desempenhava um papel central como

eixo metodológico das ciências humanas, o novo modelo privilegiava a autonomia disciplinar e a especialização. Isso também se refletiu na composição do corpo docente e na configuração das linhas de pesquisa, com a entrada de novos professores, que trouxeram perspectivas mais diversificadas aos estudos em ciências humanas.

Ao mesmo tempo o distanciamento de Castilho permitiu ao DL conquistar maior autonomia e flexibilidade teórica. Os professores selecionados por Castilho para estudar na França e formar o núcleo inicial da linguística – Vogt, Franchi, Osakabe e Ilari – progressivamente se afastaram das premissas estruturalistas que nortearam sua formação inicial. Franchi, que assumiu a posição de coordenador do DL, relatou em depoimento que não aprendera nada com Gentilhomme, demarcando claramente a distinção entre a intenção de Castilho e a realização do grupo criador do DL (Neder, 1995, p. 30; Altman, 2002, pp. 26-27). Isso ocorreu em parte pelo próprio desenvolvimento intelectual dos professores, mais interessados em outras abordagens do que em emular o estruturalismo aprendido na França. Por outro ângulo, a efervescência teórica da linguística no quadro internacional perdeu força nos anos 1970 e 1980, sendo significativamente contestada em diversos âmbitos. A própria Unicamp inclusive seria um espaço importante de circulação de autores que questionavam o estruturalismo, como Edward Thompson, Félix Guattari, Gilles Deleuze e Michel Foucault.

Nessa esteira, Vogt passou a se interessar por abordagens interdisciplinares, explorando a interface entre linguagem e conhecimento, com um viés mais filosófico e voltado para a epistemologia da ciência. Franchi, por sua vez, aprofundou-se na lógica e na semântica formal. Osakabe se dedicou à teoria do texto, à análise do discurso e à retórica, aproximando-se da crítica literária. Enquanto Ilari desenvolveu uma trajetória na linguística histórica e na semântica, consolidando uma linha de pesquisa que privilegiava a reflexão sobre a tradição linguística no Brasil.

Isso não significou em nenhum momento o abandono da ideia de uma abordagem científica da linguagem. Pelo contrário, a mudança representou um amadurecimento do campo, que passava a incorporar novas perspectivas teórico-metodológicas. Os professores envolvidos continuaram plenamente comprometidos com a consolidação da linguística como disciplina autônoma e rigorosamente científica. Os docentes da Unicamp começaram a participar dos eventos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) e da Associação Brasileira de Linguística (Abralín), órgãos constituídos pelos pesquisadores da área da USP e do curso de letras de Marília emergidos no processo de organização da comunidade científica em torno da produção de conhecimento especializado. A Abralín, criada em 1969, consolidou-se como um espaço nacional de convergência dos estudos linguísticos. O GEL, fundado em 1970, teve um papel crucial na articulação de pesquisadores em nível estadual.

Os dois órgãos organizaram e organizam diversos eventos acadêmicos nos quais os especialistas da língua se encontravam (Altman e Hackerott, 2002, pp. 12-20).

Essa reorientação refletiu-se na própria estrutura institucional do DL. O departamento expandiu-se significativamente na década de 1970, incorporando pesquisadores da área de letras com formações e perspectivas diversas. A incorporação de alguns orientandos de Theodoro Henrique Maurer Júnior, entre eles Ataliba Teixeira de Castilho, trouxe para o interior do IEL parte da tradição linguística elaborada no interior da USP, distante da matriz estruturalista francesa. Uma das mudanças mais relevantes nesse sentido foi a articulação de Franchi para integrar ao departamento um grupo de professores oriundos do Programa de Linguística do Museu Nacional, liderado por Aryon Rodrigues e composto por Antônio Quícoli, Bryan Head, Lúcia Lobato e John Martin. Rodrigues, uma das figuras centrais na institucionalização da linguística no Brasil, era um pioneiro no estudo das línguas indígenas no país e estruturara no Museu Nacional um programa de pesquisa que combinava trabalho de campo, documentação linguística e análise comparativa das línguas indígenas. Tinha inclusive uma formação em linguística realizada na Alemanha, que se distinguiu da matriz francesa dos professores da Unicamp (Altman, 2002, p. 30; Head, 2015).

Nessa esteira, o corpo docente passou a repensar a própria estrutura do DL, buscando reduzir a predominância das abordagens estritamente estruturalistas e incorporando novas correntes teóricas que enriquecessem o debate acadêmico. A própria crítica literária também começou a ter um espaço mais consolidado dentro da instituição, especialmente com a nomeação de orientandos de Mello e Souza como professores. Esse movimento não consistia apenas em uma diversificação conceitual, mas também em um esforço para consolidar um programa de ensino com base científica, que se distinguisse dos tradicionais departamentos de letras.

O surgimento do IEL foi um desdobramento direto desse movimento de reconfiguração e complexificação, além de uma resolução de um conflito com os membros do Depes que passaram a ser o grupo dominante do IFCH, alçando dois dos diretores após a saída de Castilho: Manoel Tosta Berlinck (1972-1976) e Wilson Cano (1976-1980). A identificação do DL com Castilho, além de uma ampla distinção disciplinar que dificultava o diálogo entre as partes, produzia oposições entre os departamentos. Separar era uma alternativa para diluir os conflitos, já que o *Regimento geral* e os *Estatutos* da Unicamp previam a criação de um “Instituto de Letras” em algum momento e o Conselho Federal de Educação desejava constituir um curso público nessa área na região de Campinas (Altman, 2002, p. 32).

Na prática, portanto, a formação inicialmente centrada na linguística revelou-se insuficiente para atender às demandas profissionais de grande parte dos graduados, que tinham como principal destino o ensino básico. A ausência de uma formação

mais abrangente em língua e literatura tornava-se um entrave para os professores, uma vez que os currículos escolares exigiam um conhecimento integrado dessas áreas.

Um fator determinante nesse processo foi a relação de confiança e proximidade entre o reitor Vaz e Mello e Souza, que aceitou liderar o processo a partir do pedido dos seus alunos que estavam no DL. Vaz buscou desde os primeiros anos da Unicamp atrair Mello e Souza para integrar o corpo docente da instituição, ciente do prestígio que o professor da USP poderia conferir ao projeto acadêmico da nova universidade. Embora as investidas iniciais não tenham resultado na sua transferência, a situação mudou quando lhe foi oferecida a oportunidade de liderar a criação do IEL. Para assumir esse compromisso, Mello e Souza solicitou autorização à reitoria da USP, na época ocupada por Orlando Marques Paiva, uma vez que tinha dedicação exclusiva para com essa instituição, sendo-lhe concedida. Quase ao mesmo tempo iniciou seu processo de aposentadoria, formalizando sua saída no ano seguinte. Mais do que isso, o grande motivo que atraiu o professor foi a proposta de criar no instituto um departamento de teoria literária<sup>7</sup>. Em outros termos, transformar a disciplina que criara na USP em um projeto significativamente mais amplo na Unicamp (Vogt, 2009; TV Unicamp, 2024).

Por outro ângulo, a criação do IEL produziu um reordenamento no equilíbrio de influências na gestão do órgão. Se na origem as decisões eram amplamente conduzidas por Castilho, com Mello e Souza tendo uma presença distante, ocorreu uma mudança significativa a partir de 1972. Com o afastamento do primeiro e a proposta da criação do novo órgão, o segundo tornou-se a principal voz decisória no instituto.

Seu protagonismo, contudo, não se deu de maneira isolada, mas em conjunto com seus alunos, que passaram a ocupar posições estratégicas na condução do departamento. Mello e Souza continuou morando em São Paulo e focado em diversos projetos ao mesmo tempo que dirigia o IEL, indo exclusivamente às terças-feiras para Campinas. Permaneceu como diretor entre 28 de maio de 1977 e 1º de janeiro de 1978, ou seja, foi uma passagem breve, ainda que intensa. Era uma figura central do mundo cultural e político brasileiro naquele momento. Por isso, Franchi assumiu a posição de diretor associado, cuidando da maior parte das responsabilidades administrativas cotidianas (Ilari, 2002, pp. 83-86)<sup>8</sup>.

A escolha de Mello e Souza para a direção do IEL também deve ser compreendida à luz de um embate institucional com o Conselho Federal de Educação. O órgão federal pressionava a Unicamp para que o novo instituto fosse estruturado nos mol-

7. Para as datas de trabalho de Mello e Souza na Unicamp, consultou-se o seu processo de trabalho aberto a partir da nomeação do reitor. Unicamp, Processo 3457. O documento está disponível no SIARQ.

8. Unicamp, Processo 3457. O documento está disponível no SIARQ.



des tradicionais do ensino de línguas, seguindo o modelo consolidado na USP, com ênfase no ensino segmentado de literaturas. Em um gesto mais incisivo, o conselho chegou a pleitear a nomeação de um diretor ao novo instituto, sugerindo o nome de Antonio Bittencourt, tentando tutelar o processo de criação do IEL. A nomeação de Mello e Souza, intelectual com ampla autoridade acadêmica no campo, foi uma resposta estratégica da reitoria da Unicamp. Sua presença à frente do novo instituto conferia legitimidade ao projeto (Neder, 1995, pp. 71-72).

A criação do IEL não foi um processo imediato, mas sim o resultado de uma série de negociações que envolveram o DL, o IFCH, a reitoria da Unicamp e o Conselho Estadual de Educação. Houve intensos diálogos institucionais para viabilizar a transição, o que exigiu a articulação de diferentes atores acadêmicos e administrativos. Todas as instâncias tiveram que aprovar a decisão.

O princípio formal para a criação do IEL foi estabelecido em outubro de 1976, quando, após aprovação interna pelo DL e pelo IFCH, foi constituído um grupo de trabalho encarregado de elaborar uma proposta detalhada para a formalização do novo instituto<sup>9</sup>. Esse grupo tinha como missão não apenas justificar a necessidade acadêmica e institucional da separação do DL, mas também definir a estrutura organizacional, os objetivos pedagógicos e as diretrizes para o funcionamento do novo órgão.

O grupo foi integrado por Aryon Rodrigues, Ataliba Teixeira de Castilho, Carlos Vogt, Haquira Osakabe, Maria Lucia Dal Farra, Vera Maria Chalmers e Yara Frateschi Vieira. Mello e Souza participou da concepção, mas de maneira informal, uma vez que não tinha se aposentado ainda. Após meses de trabalho e intensas discussões, o diretor do IFCH, Wilson Cano, e o chefe do DL, Carlos Vogt, encaminharam no dia 30 de dezembro de 1976 um ofício para a reitoria, apresentando um relatório que formalizava a proposta da criação de um instituto.

A “Justificativa” do documento é particularmente significativa, uma vez que sintetiza várias das transformações por que o DL passara nos últimos anos, preservando algumas das demandas originais e colocando novas:

Na base desta concepção, está o intuito de propor um modelo diferente do que foi elaborado no Brasil no começo do decênio de 1930 e vem sendo aplicado, desde então, com variantes maiores ou menores. Tal modelo, de cunho enciclopédico, previa unidades demasiado abrangentes, que compreendiam a criação simultânea, em pé de igualdade teórica, de um grande número de cursos de línguas e literaturas, sem definir uma base comum que regesse o seu entrosamento e desenvolvimento. Embora se justifique à luz do momento histórico e tenha

9. Unicamp, Processo 7968-1976. O documento está disponível no SIARQ.

prestado serviços relevantes, tal modelo foi superado, como era natural, por concepções novas, devidas sobretudo ao progresso de duas disciplinas gerais, a Linguística e a Teoria Literária. São elas que propomos para núcleo de um novo Instituto, cuja estrutura deve ser concebida como entrosamento orgânico de atividades, não como justaposição mecânica.

A Linguística se distinguiu nos últimos decênios pelo esforço de constituir um objeto próprio para a prática científica, elaborando métodos adequados para descrever as línguas naturais. Os resultados obtidos permitiram, mais recentemente, utilizar formalismos lógico-matemáticos e métodos hipotético-dedutivos, que aliam o rigor na verificação dos conceitos e noções a um acentuado poder heurístico. Por outro lado, alguns ramos da linguística (por exemplo: a psicolinguística e a sociolinguística) se beneficiaram das perspectivas e técnicas de outras disciplinas no levantamento e na análise de dados da atividade verbal. Assim, a elaboração da teoria e das técnicas da linguística tem tido consequências importantes para o ensino das línguas e a renovação dos seus métodos, assim como para o estudo do texto literário, fornecendo novos procedimentos de análise e pontos de abordagem, de maneira a constituir um conjunto de informações indispensáveis a qualquer bacharel em estudos literários e linguísticos.

A Teoria Literária, sob o impacto desta e outras influências, procurou ultimamente dar um cunho científico às especulações sobre o objeto literário, salientando a descrição baseada em critérios objetivos, não valorativos. Com isso, foi possível corrigir em grande parte o que havia de excessivo (não de justificável) em certos exclusivismos teóricos tradicionais, que afastavam o estudo da literatura reduzindo-o: (a) a operações de pura erudição filológica e histórica, com pouca capacidade de integrar os resultados da pesquisa, a não ser em esquemas estreitamente deterministas; (b) a dissolver a sua especificidade, devido à hipertrofia do interesse pelo estudo dos fatores externos; (c) a praticar a avaliação pura e simples, com base no critério incontrolável do gosto e da intuição. No entanto, embora seja indispensável incorporar e fecundar a mencionada busca de critérios objetivos, convém salientar que estes devem contribuir para aumentar a pertinência do trabalho crítico, mas não para suprimir as suas características próprias. O suporte indispensável à renovação dos estudos literários deve ser uma Teoria Literária capaz de utilizar os procedimentos modernos de delimitação de unidades e definição de seu relacionamento no interior do texto, estimulando ao mesmo tempo a avaliação estética e o senso do seu correlacionamento com os domínios cobertos pelas ciências humanas.

Isso posto, é preciso ressaltar que tanto a Linguística quanto a Teoria Literária têm por denominador comum a linguagem, ponto de partida do conhecimento propriamente humano, condição do desenvolvimento cultural. Tomada como terreno básico, a linguagem permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas. Um Instituto universitário, voltado ao estudo da linguagem humana compreendida em toda a sua plenitude, se caracterizará, pois, pela unidade fundamental do seu objeto, assim como pelos contatos que, a partir do mesmo, se

estabelecerão com os demais setores universitários. É importante ressaltar o que há de comum e o que há de diferente, inclusive porque assim será possível focalizar com maior eficiência o problema da formação do especialista em língua e do especialista em literatura, evitando a posição tradicional, em grande parte utópica, do especialista em ambas.

Em síntese, o documento faz uma crítica contundente ao modelo acadêmico tradicional vigente no Brasil desde os anos 1930, caracterizado pela fragmentação disciplinar e pela ausência de um eixo teórico unificador, postulando que o formato do curso de letras tradicional não era aplicável para a Unicamp. Em oposição, propõe uma estrutura articulada em torno da linguística e da teoria literária, concebidas como campos científicos autônomos e interdependentes, capazes de fornecer uma base metodológica rigorosa para o estudo da linguagem em suas múltiplas dimensões. A ênfase na linguística como disciplina científica reflete a influência estruturalista e a busca por um método analítico preciso, incorporando formalismos lógico-matemáticos e perspectivas interdisciplinares, como a psicolinguística e a sociolinguística. A teoria literária é defendida como um campo que deve superar tanto o historicismo excessivo quanto as abordagens impressionistas, promovendo uma análise objetiva do fenômeno literário sem perder de vista sua dimensão estética. O relatório reforça, assim, a ideia de que a linguagem deve ser o elemento articulador do novo instituto, promovendo a integração entre diferentes áreas do conhecimento e garantindo um modelo de ensino e pesquisa que supere a justaposição mecânica de disciplinas isoladas.

A proposta foi apresentada ao Conselho Universitário e um professor deveria emitir um parecer a respeito dela para depois a demanda ser votada. O docente da física Sérgio Porto foi o responsável, sendo “completamente favorável” e apoiando “integralmente o pedido” em posicionamento emitido em 2 de dezembro de 1976. O conselho aprovou unanimemente a demanda em 14 de dezembro de 1976. A decisão promoveu algumas mudanças no *Regimento geral* e nos *Estatutos* da universidade. Uma é particularmente simbólica. Existia originalmente a indicação da criação de um “Instituto de Letras” na Unicamp. O documento foi alterado para ser criado um “Instituto de Estudos da Linguagem”, demarcando-se uma oposição explícita ao modelo.

Essas decisões tiveram que ser encaminhadas pelo reitor ao Conselho Estadual de Educação, presidido por Luiz Ferreira Martins. A proposta foi submetida a exame por uma comissão, tendo o conselheiro Moacyr Expedido Marret Vaz Guimarães como relator. O pedido foi aprovado em 10 de fevereiro de 1977. O governador Paulo Egydio Martins oficiou a decisão por meio do decreto n. 9.597, de 21 de março de 1977.

O IEL foi constituído a partir do DL, incorporando seu corpo docente e promo-

vendo uma reestruturação profunda em relação às diretrizes originalmente concebidas para o departamento. A ampliação das áreas de estudo e a institucionalização da teoria literária ao lado da linguística exigiram uma nova configuração interna, o que levou à criação de dois departamentos centrais: o novo DL e o recém-estabelecido Departamento de Teoria Literária (DTL)<sup>10</sup>. Juntos, esses dois núcleos formaram a espinha dorsal do IEL em seus primeiros anos. Seria criado também posteriormente o Departamento de Linguística Aplicada (DLA), a partir do CLA, completando a atual estrutura do instituto.

A implementação dessa nova configuração institucional foi um processo complexo e gradual, que se estendeu até o final de 1982, durante a gestão do diretor Rodolfo Ilari (1979-1983). Era necessário selecionar e contratar professores; definir o currículo e atribuir responsabilidades docentes; estabelecer linhas de pesquisa; estruturar o corpo técnico-administrativo etc. Em outras palavras, tratava-se de fundar, de fato, um novo instituto, com todas as exigências acadêmicas e organizacionais que isso implicava. Não houve, portanto, um simples transplante do antigo DL para uma nova estrutura, mas sim a constituição de um projeto acadêmico distinto, mais amplo e diversificado. Para se ter uma dimensão concreta, o Conselho Universitário somente aprovou a criação do DTL e do DL, duas decisões distintas tomadas na mesma sessão, em 21 de dezembro de 1982, anos depois da saída de Mello e Souza da Unicamp.

Dessa forma, Mello e Souza teve um papel decisivo no momento de formação do DTL, quando iniciava quase do zero, havendo apenas alguns poucos professores de teoria literária dentro do DL. Este por sua vez estava quase plenamente estruturado, tendo um consistente ponto de partida. Sua principal estratégia foi a seleção cuidadosa de um corpo docente alinhado à sua visão crítica dos estudos literários. Para isso, reuniu um grupo de professores que na sua maioria foram seus alunos na USP, assegurando a continuidade de uma tradição crítica e metodológica. Estavam entre os escolhidos nomes como Adelia Bezerra de Meneses, Antonio Arnoni Prado, Berta Waldman, Edda Arzua Ferreira, João Lafeté, José Miguel Wisnik, Marisa Lajolo, Modesto Carone, Suzi Sperber e Vera Maria Chalmers. Alguns professores fugiam desse padrão, como Yara Frateschi Vieira, Alcir Pécora, Jesus Antonio Durigan e Maria Eugênia Boaventura, contudo eram uma minoria dentro do DTL.

Existe no arquivo pessoal de Mello e Souza, preservado no IEB na USP, um conjunto documental que ilumina parte fundamental do processo de seleção dos primeiros professores do DTL. Cartas, anotações e ofícios revelam como, de forma minuciosa,

10. Os processos administrativos de implementação do DL e do DTL são particularmente instrutivos sobre esse processo, uma vez que indicam a determinação de professores, de disciplinas, do funcionário da graduação e da pós etc. Unicamp, Processo 3797-1982. O documento está disponível no SIARQ. Unicamp, Processo 3832. O documento está disponível no SIARQ.

ele escolheu seus orientandos para ocuparem as posições docentes no novo instituto. Esse processo não começou com a criação do IEL em 1977, mas remonta a 1975, quando o professor já orientava seus alunos mais promissores para que ocupassem as cadeiras vinculadas aos estudos literários<sup>11</sup>.

Em uma de suas declarações mais emblemáticas, Mello e Souza afirmou que seus orientandos eram como “filhos”, acrescentando que “a coisa mais importante que eu fiz na vida foi ter em volta de mim o grupo de jovens que eu tive. Foi minha contribuição maior à cultura brasileira” (RedesPTV, 2011). O uso da metáfora e a exaltação dos discípulos não apenas traduziam o vínculo afetivo com os alunos, mas também expressavam um compromisso, no qual a formação acadêmica ultrapassava os limites da sala de aula e se tornava um projeto de vida. A seleção criteriosa dos professores do DTL refletia essa relação de confiança, na qual Mello e Souza procurava reunir aqueles que partilhassem de sua perspectiva teórica e que estivessem dispostos a contribuir de forma sólida e contínua para a construção do instituto.

Mello e Souza ao reunir esse grupo lançou as bases para uma abordagem crítica da literatura que dialogava com os principais debates teóricos da época, mas sem abdicar de sua tradição intelectual. Esse corpo docente não apenas estruturou os cursos de graduação e pós-graduação do IEL, como também formou gerações de pesquisadores que dariam continuidade ao projeto acadêmico, consolidando-o como uma referência nacional no campo das humanidades.

É necessário, contudo, fazer uma ponderação. O IEL não pode ser considerado exclusivamente como uma criação de Mello e Souza. Embora sua influência tenha sido decisiva na indicação dos primeiros professores do DL, a constituição do departamento refletiu desde o início a incorporação de tradições intelectuais variadas, muitas delas distantes do horizonte crítico-literário cultivado pelo professor da USP. Enquanto o DTL se organizou de maneira relativamente homogênea, o DL consolidou-se como um espaço de ampla diversidade teórica, forte presença de formação internacional. Tinha também muito mais professores<sup>12</sup>. Boa parte de seus docentes foi formada no exterior, especialmente na França e nos Estados Unidos.

11. Mello e Souza, AC-Unicamp-012; AC-Unicamp-013; AC-Unicamp-072; AC-Unicamp-090. Arquivo Pessoal Antonio Candido. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo.

12. Os professores do DL no momento de sua aprovação pelo Conselho Universitário eram: Ângela Bustos Kleiman, Aryon Rodrigues, Ataliba Teixeira de Castilho, Brian Franklin Head, Carlos Alberto Vogt, Carlos Franchi, Clarice Saboia Madureira, Cláudia Lemos, Daniel Everett, Edson Françoso, Eduardo Guimarães, Eni de Lourdes Orlandi, Ester Mirian Scarpa Gebara, Frank Roberts Brandon, Haquira Osakabe, João Wanderley Geraldi, Jonas de Araújo Romualdo, Lucy Seki, Luiz Carlos Cagliari, Marcelo Dascal, Márcio Ferreira da Silva, Marco Antonio de Oliveira, Maria Bernadete Gnerre, Maria Cecília Perroni, Maria Fausta Campos, Maria Irma Hadler Coudry, Maurizio Gnerre, Michel Lahud, Rodolfo Ilari, Rosa Attié Figueira, Sírio Possenti, Tânia Maria Alkmim, Vandery S. Castro e Waldyr C. Luz.

Para citar alguns, Daniel Everett trouxe sua experiência com linguística de campo e pragmática; Eni Orlandi e Eduardo Roberto Junqueira Guimarães incorporaram a análise do discurso de matriz francesa; João Wanderley Geraldi e Lucy Seki reforçaram a dimensão aplicada e educacional. A diversidade do DL não se deveu apenas a essas influências internacionais: distintas tradições da própria USP, como a filologia românica representada por Maurer, também se presentificaram, ampliando o repertório metodológico e disciplinar.

Dessa forma, afirmar que o IEL é uma criação exclusiva de Mello e Souza seria ignorar a complexidade de sua estruturação e a pluralidade de contribuições que moldaram o instituto ao longo do tempo. Sua figura, embora central no processo de fundação do DTL, não teve o mesmo grau de protagonismo na construção da totalidade do IEL. Na prática, faz mais sentido afirmar que o DTL, com sua linha crítica fortemente influenciada pela perspectiva teórica de Mello e Souza e sua seleção criteriosa de docentes, pode ser considerado uma criação mais direta sua.

Além disso, a convivência entre os dois departamentos nem sempre foi harmoniosa. A distinção entre o DL e o DTL mostrou-se profunda e marcada por disputas institucionais em diversos momentos, refletindo diferenças sobre o papel da linguagem e da literatura na formação acadêmica e resultando no conflito aberto entre professores. Essas diferenças refletiam uma tensão subjacente entre as abordagens que coexistiam no IEL, cujo efeito produziu um diálogo institucional que em vários momentos foi quase inexistente. A relativa autonomia dos departamentos reforçou esse distanciamento, criando uma dinâmica de pouca cooperação entre as áreas, especialmente nos primeiros anos do instituto. A criação CLA, estreitamente vinculado ao DL, intensificou ainda mais essa tensão durante os anos 1980. Como o novo órgão mantinha uma relação mais próxima com o DL, frequentemente se alinhava a ele nas votações da congregação, o que reforçou os antagonismos institucionais e consolidou um bloco de poder que acentuava as divergências internas no IEL.

### Ponderações finais

As reflexões apresentadas neste texto buscaram compreender o complexo processo histórico que resultou na criação do IEL da Unicamp, partindo da formação inicial do DL e das transformações institucionais subsequentes. Evidenciou-se que o IEL nasceu não apenas como uma resposta crítica ao modelo tradicional vigente no ensino superior brasileiro, particularmente em relação ao ensino de letras, mas também como resultado de embates internos e negociações institucionais que refletiram questões mais amplas das humanidades no Brasil.

A análise demonstrou que o projeto inicial concebido por Castilho, pautado

por princípios estruturalistas, foi fundamental para estabelecer a linguística como eixo articulador das ciências humanas na Unicamp. Contudo, as limitações dessa abordagem e as disputas acadêmicas e administrativas acabaram levando a um afastamento das premissas originais, abrindo espaço para uma diversificação teórica e metodológica mais ampla, especialmente após a saída de Castilho.

Por outro lado, a atuação decisiva de Mello e Souza revelou-se determinante especialmente para o desenvolvimento dos estudos literários na Unicamp. Sua influência na criação do DTL, através da seleção de seus alunos para ocupar posições estratégicas no corpo docente, foi crucial para consolidar uma abordagem crítica e interdisciplinar da literatura, conectando a universidade aos debates intelectuais mais relevantes daquele período.

Entretanto, a coexistência dos departamentos de Linguística e Teoria Literária no IEL não se deu sem tensões. As diferentes perspectivas sobre o papel da linguagem e da literatura e as consequentes disputas institucionais destacaram as dificuldades em realizar plenamente o projeto interdisciplinar imaginado inicialmente. Essas diferenças, embora tenham gerado desafios, também estimularam um ambiente acadêmico dinâmico, marcado por debates que refletiam disputas epistemológicas centrais ao desenvolvimento das humanidades brasileiras.

Por fim, fica claro que a criação e o desenvolvimento do IEL representam um momento emblemático das tensões entre integração e fragmentação disciplinar nas universidades brasileiras. Ao recuperar esse histórico, busca-se não apenas iluminar o passado, mas compreender como as decisões tomadas naquele período impactaram profundamente a formação acadêmica e profissional das gerações seguintes, consolidando o IEL como um centro de referência nacional em estudos da linguagem e da literatura, cujas reverberações permanecem até os dias atuais.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Aline Novais de; PFUTZENREUTER, Edson do Prado & SPINELLI, Patricia Kiss. (2022), “Arquivos nos estudos de crítica genética: questões conceituais e estudos de caso nos acervos de Mário de Andrade e Otto Stupakoff”. *Rev. Bras. Lit. Comp.*, 24 (46).
- ALTMAN, Cristina. (2012), “História, estórias e historiografia da linguística brasileira”. *Todas as Letras*, 14 (1).
- ALTMAN, Cristina & FRANCHI, Carlos. (2002), “Depoimento em ‘primeira pessoa do singular’”. *Revista do GEL*, n. especial.
- ALTMAN, Cristina & HACKEROTT, Mercedes. (2002), “GEL & Manche 30 anos juntos”. *Revista do GEL*, n. especial.

- BARBOSA DE MELO, Alfredo Cesar *et al.* (2023), “Pedido de concessão do título de professor emérito da Unicamp ao prof. dr. Roberto Schwarz apresentado ao Departamento de Teoria Literária”. *Remate de Males*, Campinas, SP, 43 (2): 629-636, jul./dez. DOI: 10.20396/remate.v43i2.8675050.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (2002), *IEB: origem e significados. Uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes; Imprensa Oficial do Estado.
- CARNEIRO, Marcelo Carbone & PAIVA, Cláudio Cesar. (2019), “Apresentação a esta edição”. In: SARTRE, Jean-Paul. *Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara*. 3. ed. São Paulo, Unesp.
- CASTELLO, José Aderaldo. (2009), “Parceria crítica: Presença da literatura brasileira”. *Literatura e Sociedade*, 14 (11): 256-263. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i11p256-263>.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1965), “A cadeira de Linguística no Curso de Letras”. *Alfa*, 7/8: 155-161.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (2002), “Carlos Franchi (1932-2001)”. *Revista do GEL*, n. especial: 77-81.
- CASTILHO, Fausto. (2008), *Conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas, Unicamp.
- CASTILHO, Fausto. (2013), “Entrevista pública concedida por Fausto Castilho”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, 27 (53).
- DIMAS, Antonio. (2018), “Antonio Candido e as letras, na Fapesp”. *Revista USP*, 118.
- FERREIRA, Ana Claudia Fernandes. (2009), *A linguística entre os nomes da linguagem: uma reflexão na história das ideias linguísticas no Brasil*. Campinas, tese de doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Ana Claudia Fernandes. (2004), “A semântica argumentativa enquanto designação de um domínio de estudos e enquanto disciplina institucionalizada”. *Estudos Linguísticos*, 33.
- HEAD, Brian F. (2015), “Mattoso Câmara e Aryon Dall’Igna Rodrigues: pioneiros da linguística no Brasil”. *Fragmentum*, 46, jul./dez.
- ILARI, Rodolfo. (2002), “Humildade na pesquisa para construir o futuro”. *Revista do GEL*, n. especial: 83-86.
- LIMA, Ricardo. (2024), *O pensador inquieto*. São Paulo, CMU.
- LOPES, Telê Ancona. (2018), “Antonio Candido pioneiro”. *Revista USP*, 118.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. (s.d.), AC-Unicamp-012. Arquivo Pessoal Antonio Candido. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. (s.d.), AC-Unicamp-013. Arquivo Pessoal Antonio Candido. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. (s.d.), AC-Unicamp-072. Arquivo Pessoal Antonio Candido. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. (s.d.), AC-Unicamp-090. Arquivo Pessoal Antonio Candido. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo.



- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. (2017), “Darcy Ribeiro e UNB: intelectuais, projeto e missão”. *Ensaio*, 25 (96), jul./set.
- NEDER, Marco Antonio Villarta. (1995), *Memória do múltiplo e do descontínuo nos discursos de construção de um curso de Letras de formação de professores*. Campinas, dissertação de mestrado em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.
- NICODEMO, Thiago Lima. (2018), “Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda: esboço de uma biografia cruzada”. *Revista USP*, 118.
- RAMASSOTE, Rodrigo Martins. (2010), “Antonio Candido em Assis e depois”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 50: 103-128, mar.
- REDESPTV. (2011), Flip Antonio Candido. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z912yXNZY94>, consultado em 03/04/2025.
- ROMANO, Luis Antonio Contatori. (2000), *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. Campinas, tese de doutorado em Letras, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, Irenilde Pereira dos. (1994), “Linguística”. *Estudos Avançados*, 8 (22): 481-486. <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9744>.
- Tv Unicamp. (2024), Especial – Antonio Candido fala sobre a criação do IEL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o9uxb9ZqMy4>, consultado em 20/03/2025.
- UNICAMP. (s.d.), Processo 01-P-2226/1968. Documento disponível no SIARQ.
- UNICAMP. (s.d.), Processo 3457. Documento disponível no SIARQ.
- UNICAMP. (s.d.), Processo 3797-1982. Documento disponível no SIARQ.
- UNICAMP. (s.d.), Processo 3832. Documento disponível no SIARQ.
- UNICAMP. (s.d.), Processo 7968-1976. Documento disponível no SIARQ.
- VOGT, Carlos. (2009), “Antonio Candido na Unicamp”. *Literatura e Sociedade*, 14 (11): 264-273. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i11p264-273>.
- VOGT, Carlos. (2011a), “Memorial da Fapesp”. *ComCiência*, 129.
- VOGT, Carlos. (2011b), “Oswald Ducrot e a Unicamp: uma visão pessoal”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 35.
- VOGT, Carlos. (2022), “Unicamp: o campus, o logotipo e a enciclopédia”. In: OLIVEIRA, Hélio Ázara de & SOARES, Alexandre G. T. (orgs.). *Fausto Castilho: uma vida filosófica*. Campinas, Editora Phi.

**Resumo**

*Do Departamento de Linguística ao Instituto de Estudos da Linguagem: Fausto Castilho e Antonio Candido de Mello e Souza em tempos de estruturalismo*

O artigo analisa a formação do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, destacando a atuação de Fausto Castilho e Antonio Candido em meio às disputas institucionais e teóricas das humanidades no Brasil. Examina-se a criação do Departamento de Linguística e sua transformação em Instituto de Estudos da Linguagem, refletindo a tensão entre um projeto estruturalista de integração disciplinar e a fragmentação posterior. O estudo ilumina os embates acadêmicos que moldaram a configuração do instituto e revela a dinâmica histórica das ciências humanas no contexto universitário brasileiro.

Palavras-chave: Instituto de Estudos da Linguagem; Universidade de Campinas; Estruturalismo; Fausto Castilho; Antonio Candido de Mello e Souza.

**Abstract**

*From the Department of Linguistics to the Institute of Language Studies: Fausto Castilho and Antonio Candido de Mello e Souza in times of structuralism*

This article analyzes the formation of the Institute of Language Studies at Unicamp, focusing on the roles of Fausto Castilho and Antonio Candido amid institutional and theoretical disputes in the humanities. It examines the creation of the Department of Linguistics and its transformation into the Institute of Language Studies, reflecting the tension between a structuralist project of disciplinary integration and later fragmentation. The study highlights the academic struggles that shaped the institute and reveals the historical dynamics of the humanities within Brazilian universities.

Keywords: Institute of Language Studies; University of Campinas; Structuralism; Fausto Castilho; Antonio Candido de Mello e Souza.

LUCCAS EDUARDO MALDONADO é doutor em História na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. E-mail: [lucas\\_eduardo@hotmail.com](mailto:lucas_eduardo@hotmail.com).

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório.